

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

CFO/2022
(Edital nº 09/2021, de 09 de julho de 2021)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

**(a) CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2022 (CFO/2022).**

CFO/2022

(Edital DRH/CRS n. 09/2021, de 09 de julho de 2021).

*Língua Portuguesa – Direito Administrativo – Direito Constitucional – Direito Penal –
Direito Penal Militar – Direito Processual Penal – Direito Processual Penal Militar –
Direitos Humanos – Legislação Extravagante – Legislação Institucional.*

NOME: _____.

CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____.

CIDADE PROVA: _____ **SALA:** _____.

ESCOLA: _____ **DATA:** _____.

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Respeitar rigorosamente as normas de prevenção da COVID-19.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Prova sem consulta.
4. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
7. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. O tempo máximo permitido para a realização das provas (objetiva e dissertativa) será de 04 (quatro) horas, assim distribuídas: a) das 8:30 às 11:30 horas: Resolução da prova objetiva e o preenchimento da folha de respostas; b) das 11:30 às 12:30 horas: confecção da redação.
9. É proibido o porte, a posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
10. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros (respeitadas as regras de controle e prevenção da COVID-19) e, depois de transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados. A partir do início da 3ª (terceira) hora de realização das provas até o seu final, nenhum candidato poderá ausentar-se da sala sem ter entregue, definitivamente, a folha de respostas da prova objetiva.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de redação, folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

Assinatura do Candidato

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões 1 a 4.

Torre de Babel – história baseada em fatos reais (só que ao contrário)

O mito da Torre de Babel conta por que existem tantas línguas no mundo. Nele, uma população unida e monolíngue decide construir uma torre que alcance o céu. Deus, irritado com a prepotência das pessoas, confunde a língua delas para que não se entendam mais e espalha as línguas pelo mundo.

Mito linguístico por trás dessa história: falar uma língua é o ideal. Falar muitas línguas é ruim, pois confunde e separa.

A narrativa de Babel talvez seja uma alegoria do que realmente pode ter ocorrido com as línguas humanas, só que os autores entenderam errado: não foram as muitas línguas que causaram a separação das pessoas, mas a separação é que deu origem a muitas línguas.

Quanto mais falantes uma língua houver e mais espalhados geograficamente estiverem, mais distantes se tornarão seus jeitos de se comunicar. Grupos separados e em contextos diferentes acabam adaptando a língua às suas realidades particulares e, com o tempo, a diferença entre seus dialetos se torna tão grande que um grupo já não compreende mais o outro. Temos, então, duas novas línguas. Foi mais ou menos assim que o latim se tornou português, espanhol, francês, italiano e outras vinte e poucas línguas. O processo é acelerado quando falantes de línguas diferentes entram em contato, pois elas incorporam elementos umas das outras, e daí às vezes nascem novas línguas. A língua crioula haitiana surgiu mais ou menos assim.

De volta ao mito, é importante esclarecer que, ainda que todas as línguas do mundo venham de uma só língua (não a de Babel, claro), isso ocorreu muito antes do surgimento de qualquer sociedade organizada. E é muito provável que tenham sido diversas “línguas-originais”, já que por mais de 2 milhões de anos (95,5% da existência dos humanos), fomos apenas vários bandos pequenos de caçadores-coletores nômades e desencontrados. A escrita só surgiu há 5 mil anos. Se a história da humanidade fosse uma pessoa completando 70 anos hoje, é como se ela só tivesse aprendido a ler e escrever um mês e meio antes desse aniversário.

A crença por trás de “uma língua = ordem; mais de uma língua = desordem” tem a ver com poder e dominação. É mais fácil controlar os subjugados se todos falam uma só língua – melhor ainda se for a do dominador. Essa crença alimenta outro mito: o de uma nação, uma língua. Embora a maior parte do mundo seja bilíngue e praticamente todos os países tenham mais de uma língua, a ideia que querem que compremos é a de que cada país fala uma língua: no Reino Unido é o inglês, na Itália é o italiano e no Brasil é o português. Deixemos essas *fake news* de lado e prestemos atenção aos fatos: no Reino Unido se fala inglês e outras 15 línguas, na Itália se fala italiano e outras 34 línguas e no Brasil se fala português, pomerano, talian, kaingang e outras 214 línguas. Sim, mais de duzentas!

[...]

Ah! Só mais uma coisinha: no mito de Babel, Deus não amaldiçoou as pessoas ao lhes dar muitas línguas. Ele as salvou do tirano monolíngue que queria que construíssem uma torre para chegar a lugar nenhum.

Autor: Renan Castro Ferreira. Graduado em Letras – Licenciatura em Língua Inglesa e Literatura (2010) e Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (2018) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tesouro-linguistico/2021/06/>.

1ª QUESTÃO – Sobre o texto “Torre de Babel – história baseada em fatos reais (só que ao contrário)”, afirma-se:

- I. Quanto maior o número de falantes de uma língua, mais distantes geograficamente ficarão e por isso nascem línguas diferentes as quais incorporam elementos umas das outras.
- II. Falar somente uma língua para evitar confusão e separação das pessoas constitui um mito linguístico e não corresponde à realidade do Brasil, país linguisticamente heterogêneo.
- III. Para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa, então, livrar-se de vários mitos, por exemplo, o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras.

Está/estão **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- A. () I, II e III.
- B. () Apenas III.
- C. () Apenas I e II.
- D. () Apenas II.

2ª QUESTÃO – Leia os textos a seguir e avalie a relação proposta entre eles.

Depreende-se das ideias do autor do texto “*Torre de Babel – história baseada em fatos reais (só que ao contrário)*” que a separação geográfica entre grupos de pessoas e em contextos distintos ocasionam mudanças na língua, e daí nascem novas línguas.

Porque

Uma língua é homogênea e deve ser entendida pelo que caracteriza o homem – a diversidade, a possibilidade de mudanças.

- A. () As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma causa correta da primeira.
- B. () As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma consequência correta da primeira.
- C. () A primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda é uma proposição falsa.
- D. () As duas asserções são falsas.

3ª QUESTÃO – Sobre o primeiro parágrafo do texto, **NÃO** se pode dizer que:

- A. () “nele” tem como referente “Torre de Babel” e o referente do pronome “delas” é “pessoas”.
- B. () a expressão “por que” é formada pela preposição “por” seguida do pronome interrogativo “que”.
- C. () a preposição “de” tem valor semântico de posse.
- D. () no parágrafo ocorre colocação pronominal antes do verbo em razão de uma palavra de valor negativo.

4ª QUESTÃO – Assinale a opção **CORRETA**: os vocábulos destacados nos segmentos do texto “Torre de Babel – história baseada em fatos reais (só que ao contrário)” abaixo, na ordem em que aparecem, equivalem **semanticamente** a:

“[...] Deus não amaldiçoou as pessoas ao lhes dar muitas línguas. Ele as salvou do tirano monolíngue [...]”

“É mais fácil controlar os subjugados se todos falam uma só língua [...]”

“A narrativa de Babel talvez seja uma alegoria do que realmente pode ter ocorrido [...]”

- A. () xingou, liberal, escravizados, mito.
- B. () maldiçoou, déspota, submetidos, metáfora.
- C. () abençoou, soberano, insubmissos, símbolo.
- D. () desuniu, déspota, conquistados, metonímia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

5ª QUESTÃO – Acerca da **Lei n. 8.666, de 1993 (Estatuto das Licitações)**, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não ficando-lhe facultada a utilização de outros meios.
- B. () Para o recebimento de material de valor inferior ao limite estabelecido no art. 23 da Lei n. 8.666, de 1993, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.
- C. () É indispensável o “termo de contrato”, não podendo ser substituído pela “nota de empenho de despesa” nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- D. () Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

6ª QUESTÃO – Os poderes administrativos, que são irrenunciáveis, surgem como consequência dos interesses representados pela Administração quando atua. Marque a alternativa **CORRETA** que apresenta o poder conferido ao administrador para limitar ou disciplinar direito para a preservação dos interesses da coletividade:

- A. () Disciplinar.
- B. () Normativo ou regulamentar.
- C. () De polícia.
- D. () Hierárquico.

7ª QUESTÃO – Os convênios são acordos de colaboração que buscam a realização de objetivos em comum de ambos os partícipes. Conforme a **Lei n. 8.666, de 1993 (Estatuto das Licitações)**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Assinado o convênio, o órgão público que receber o recurso deverá dar ciência do mesmo à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- B. () Se a previsão do uso dos saldos de convênio for igual ou superior a um mês, eles não serão aplicados em caderneta de poupança, porém serão aplicados em fundo de renda variável de instituição financeira oficial, preferencialmente em banco com capital majoritariamente estatal.
- C. () As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, não se admitindo retenção das mesmas.
- D. () A celebração de convênio pelos órgãos da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada.

8ª QUESTÃO – Obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. Conforme a **Lei n. 8.666, de 1993 (Estatuto das Licitações)**, as obras poderão ser executadas na forma “execução indireta”. São regimes na forma de execução indireta, **EXCETO**:

- A. () Tarefa.
- B. () Administração Contratada.
- C. () Empreitada por preço global.
- D. () Empreitada por preço unitário.

9ª QUESTÃO – O ato administrativo é como toda manifestação unilateral de vontade da Administração, ou de quem lhe faça as vezes, que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados, passível de reapreciação pelo Poder Judiciário. Marque a alternativa que **NÃO** contém requisito de validade do ato administrativo:

- A. () Autoexecutoriedade.
- B. () Motivo.
- C. () Objeto.
- D. () Forma.

DIREITO CONSTITUCIONAL

10ª QUESTÃO – Com relação ao previsto na **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, ao final, responda o que se pede:

- | | |
|--|--|
| <p>(1) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; construir uma sociedade livre, justa e solidária.</p> <p>(2) Autodeterminação dos povos; independência nacional; prevalência dos direitos humanos; não-intervenção; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.</p> <p>(3) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário.</p> <p>(4) Dignidade da pessoa humana; soberania; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo político; cidadania.</p> | <p>() Fundamentos da República Federativa do Brasil.</p> <p>() Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.</p> <p>() Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.</p> <p>() Poderes da União.</p> |
|--|--|

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () 2, 3, 1, 4.
 B. () 1, 4, 2, 3.
 C. () 1, 2, 4, 3.
 D. () 4, 1, 2, 3.

11ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, analise as assertivas abaixo:

- I. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- II. São direitos e deveres individuais e coletivos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

- III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- IV. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
- B. () I e IV, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

12ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Supremo Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.
- B. () A Constituição da República Federativa do Brasil poderá ser emendada mediante proposta: de um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- C. () As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- D. () A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e efetividade.

13ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, em recurso ordinário o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão, e o crime político.

- B. () Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União e dos Estados que oficiem perante tribunais.
- C. () Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- D. () Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

14ª QUESTÃO – Com relação ao previsto na **Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989**, analise as assertivas abaixo:

- I. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a que incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- II. O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Ministros de Estado.
- III. São garantias do Magistrado a vitaliciedade que, em segundo grau, somente será adquirida após o período de dois anos de exercício, a inamovibilidade, salvo a remoção por motivo de interesse público e a irredutibilidade do subsídio.
- IV. O Juiz de Direito exerce a jurisdição comum estadual de primeiro grau e integra a carreira da magistratura nas comarcas e juízos e com a competência que a Lei de Organização e Divisão Judiciárias determinar.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II e III, apenas.
- B. () Todas as assertivas estão corretas.
- C. () I, III e IV, apenas.
- D. () I e IV, apenas.

DIREITO PENAL

15ª QUESTÃO – Um servidor público, que exerce cargo de gerência, no exercício de suas funções públicas, detectou o cometimento de irregularidades por parte de um outro servidor público, seu subordinado, no exercício do cargo. Apesar da identificação das irregularidades e da inexistência de dúvidas quanto à autoria, o gerente não tomou providências, sob alegação de que o erro cometido pelo servidor era tolerável. Diante dos fatos apresentados e de acordo com o previsto no **Decreto-Lei n. 2848, de 1940 (Código Penal)**, qual o crime cometido pelo gerente?

- A. () Prevaricação.
- B. () Condescendência criminosa.
- C. () Corrupção passiva.
- D. () Excesso de exação.

16ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei n. 2.848, de 1940 (Código Penal)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Com relação ao crime de “registro não autorizado da intimidade sexual”, previsto no art. 216-B do Código Penal, a pena é aumentada em até um sexto nos casos de montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual libidinoso de caráter íntimo.
- B. () O crime de “furto de coisa comum”, previsto no art. 156 do Código Penal, é de Ação Pública Incondicionada.
- C. () Comete o crime de “extorsão indireta”, previsto no art. 160 do Código Penal, quem exige ou recebe, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra vítima ou contra terceiro.
- D. () O crime de “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente” consiste em praticar, na presença de alguém menor de 18 anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou a de outrem.

17ª QUESTÃO – Um indivíduo foi preso em flagrante delito pela Polícia Militar furtando, com uso de uma chave falsa, peças de um veículo que se encontrava estacionado em via pública. No ato da prisão, o autor informou que há muito furtava peças de carros mediante encomenda. Tais encomendas eram realizadas via telefone, diretamente ao autor, por outro indivíduo de nome desconhecido, proprietário de uma loja de peças automotivas. Diante das informações repassadas pelo autor do furto, a Polícia Militar dirigiu-se até a citada loja e encontrou expostas nas prateleiras e vitrines do estabelecimento diversas peças sem comprovação de origem. O proprietário da loja confirmou a versão do autor do furto e assumiu que grande parte das peças expostas são provenientes de furto ou de contrabando e descaminho. Diante dos fatos apresentados e de acordo com o previsto no **Decreto-Lei n. 2.848, de 1940 (Código Penal)**, o autor do furto e o proprietário da loja de peças responderão pelos seguintes crimes, respectivamente:

- A. () Furto qualificado / Receptação qualificada.
- B. () Furto qualificado / Receptação simples.
- C. () Furto simples / Receptação qualificada.
- D. () Furto simples / Receptação simples.

18ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo com relação ao **Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal)**:

- I. O crime de estelionato, sendo a vítima maior de 70 anos, se procede mediante representação.

- II. Configura-se crime de perseguição tipificado no Código Penal a conduta de perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.
- III. Dentre outros conceitos, a expressão “casa” também compreende o compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.
- IV. O crime de feminicídio tem a pena aumentada de um terço até metade quando cometido nos 6 meses posteriores ao parto.

Com relação às assertivas, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Somente uma assertiva está correta.
- B. () Somente duas assertivas estão corretas.
- C. () Somente três assertivas estão corretas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PENAL MILITAR

19ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei n. 1.001, de 1969 (Código Penal Militar)**, analise as assertivas abaixo:

- I. O crime militar de embriaguez em serviço (art. 202 do CPM) configura-se apenas nas hipóteses em que o militar estiver em serviço de oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante.
- II. O crime militar de omissão de socorro (art. 201 do CPM) ocorre quando o militar deixa de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.
- III. O crime militar de violação de recato (art. 229 do CPM) somente pode ser considerado como crime militar quando praticado por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- IV. O crime militar de desacato a superior (art. 298 do CPM) somente ocorre se o desacato for praticado diante de outro militar.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Somente uma assertiva está correta.
- B. () Somente duas assertivas estão corretas.
- C. () Somente três assertivas estão corretas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

20ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei n. 1.001, de 1969 (Código Penal Militar)**, analise as assertivas abaixo:

- I. A parte geral do Código Penal Militar contém previsão do arrependimento posterior, segundo o qual nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- II. A sentinela que tem contra seu filho uma arma de fogo apontada por um agente, razão pela qual abandona o seu posto, para atender à recomendação do autor e ver seu filho a salvo, não poderá invocar coação moral irresistível.
- III. Em relação às circunstâncias agravantes, a embriaguez do militar, ainda que não preordenada, salvo se decorrer de caso fortuito, engano ou força maior, sempre agrava a pena, quando não for integrante ou qualificativa do crime.
- IV. O Tenente, comandante de pelotão, durante o expediente administrativo, praticou ofensa verbal contra um militar que lhe é subordinado e foi imediatamente agredido fisicamente por este militar, em repulsa à ofensa verbal. Nesse contexto, o militar que praticou a agressão física incidiu no crime militar de violência contra superior previsto no art. 157 do Código Penal Militar.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Somente uma assertiva está correta.
- B. () Somente três assertivas estão corretas.
- C. () Todas as assertivas estão corretas.
- D. () Somente duas assertivas estão corretas.

21ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido no **Decreto-Lei n. 1.001, de 1969 (Código Penal Militar)**, alguns crimes militares podem ser considerados pelo juiz como infração disciplinar, observados os requisitos impostos pelo referido Código. Assinale abaixo qual crime pode ser considerado como infração disciplinar:

- A. () Receptação (art. 254 do CPM).
- B. () Difamação (art. 215 do CPM).
- C. () Lesão leve (art. 209 do CPM).
- D. () Desrespeito a símbolo nacional (art. 161 do CPM).

22ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido no **Decreto-Lei n. 1.001, de 1969 (Código Penal Militar)**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- B. () Pratica o crime de maus tratos (art. 213 do CPM) quem expõe, ainda que fora de lugar sujeito à administração militar ou ainda que não esteja no exercício de sua função militar, a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.

- C. () Quando a lei penal militar se refere a "brasileiro" ou "nacional", compreende as pessoas enumeradas como brasileiros na Constituição do Brasil.
- D. () Somente a mulher pode ser vítima do crime militar de estupro (art. 232, do CPM), que consiste em constrangê-la à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

23ª QUESTÃO – Com base no **Decreto-Lei n. 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal)**, analise as assertivas abaixo:

- I. Nos crimes de ação penal condicionada ou incondicionada, a autoridade policial deverá instaurar, de ofício, o inquérito, sem que seja necessária a provocação.
- II. O indiciado poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- III. Não cabe recurso do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito.
- IV. A autoridade policial não poderá mandar arquivar o inquérito por falta de elementos para o oferecimento da denúncia.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () Todas as assertivas estão corretas.
- D. () I e III, apenas.

24ª QUESTÃO – O **Decreto-Lei n. 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal)**, no Título IX, trata da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**):

- () Cabe ao juiz, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- () O juiz poderá decretar de ofício a prisão preventiva em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.
- () As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- () No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, sendo, porém, vedado decretar a prisão preventiva.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, F, V, F.
- B. () F, V, V, V.
- C. () V, F, V, F.
- D. () V, V, F, V.

25ª QUESTÃO – Diante das regras de competência previstas no **Decreto-Lei n. 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Quando conhecido o lugar da infração, nos casos de exclusiva ação privada, o querelante não poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu.
- B. () Na competência determinada pela continência, exige-se pluralidade de crimes praticados, que possuam uma ligação entre si, os quais serão julgados pelo mesmo órgão jurisdicional.
- C. () A competência determinada pela conexão ocorrerá quando há unidade de fato, ou seja, vários agentes praticam uma infração ou várias infrações são cometidas por um agente.
- D. () Quando se tratar de um crime permanente, praticado em território de duas ou mais jurisdições, a competência será firmada pela prevenção.

26ª QUESTÃO – Com base no **Decreto-Lei n. 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal)**, na **Resolução nº 213/2015-CNJ** e na **Lei n. 7.960, de 1989 (dispõe sobre prisão temporária)**, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, ao final, responda o que se pede:

- | | |
|-----------------------------|--|
| (1) Audiência de Custódia | () Trata-se de uma espécie de prisão cautelar decretada pela autoridade judiciária competente durante a fase preliminar de investigações, com prazo preestabelecido de duração, quando a privação da liberdade de locomoção do indivíduo for imprescindível para a obtenção de elementos de informação quanto à autoria e materialidade das infrações penais definidas em rol taxativo em lei ordinária específica, visando assegurar a eficácia das investigações. |
| (2) Prisão preventiva | |
| (3) Prisão temporária | |
| (4) Habeas Corpus | |
| (5) Liberdade Provisória | () É cabível sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. |
| | () Poderá ser concedida pelo juiz em face da prisão em flagrante legal, diante da ausência de requisitos que autorizam a prisão preventiva. |

- () É a prisão decretada pela autoridade judicial e será admitida, dentre outras possibilidades, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- () Consiste na apresentação obrigatória de toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () 2, 4, 5, 3, 1.
 B. () 3, 1, 4, 5, 2.
 C. () 3, 4, 5, 2, 1.
 D. () 2, 5, 3, 1, 4.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

27ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Decreto-Lei n. 1.002, de 1969 (Código de Processo Penal Militar)**, sobre questões prejudiciais e exceções, analise as assertivas abaixo:

- I. Nos crimes militares processados perante o Conselho de Justiça, a competência para resolver a questão prejudicial caberá ao auditor, em qualquer fase do processo, em primeira instância.
- II. O Juiz poderá, de ofício, dirigir-se ao órgão competente do juízo cível para a promoção da ação civil ou prosseguimento da que tiver sido iniciada, bem como quaisquer outras providências que interessem ao julgamento do feito.
- III. Caberá recurso à parte que se sentir prejudicada pela decisão do auditor que, à vista de matéria alegada e prova imediata, julgar a arguição de suspeição ou impedimento dos peritos e/ou intérpretes.
- IV. Se o juiz reconhecer que o feito sob seu julgamento já foi, quanto ao fato principal, julgado ainda que por sentença não transitada em julgado, mandará arquivar a nova denúncia, declarando a razão por que o faz.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
 B. () I e IV, apenas.
 C. () II e III, apenas.
 D. () Todas as assertivas estão incorretas.

28ª QUESTÃO – De acordo com o **Decreto-Lei n. 1.002, de 1969 (Código de Processo Penal Militar)**, sobre os incidentes de insanidade mental e falsidade de documento, marque a assertiva **CORRETA**:

- A. () Quando, no curso do inquérito policial militar, houver dúvida a respeito da imputabilidade penal do acusado, poderá ser ele submetido a perícia médica por iniciativa do encarregado ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do acusado, não cabendo ao juiz requerer de ofício a realização do exame.
- B. () Se os peritos concluírem pela inimputabilidade penal do acusado, o juiz decretará a extinção do processo, com aplicação da medida de segurança correspondente.
- C. () Caberá recurso da decisão que reconhecer a falsidade de documento, devendo o juiz manter nos autos o documento impugnado e remeter o processo ao Ministério Público.
- D. () Arguida a falsidade de documento constante dos autos, o juiz, se o reputar necessário à decisão da causa, mandará autuar em apartado a impugnação e, em seguida, ouvirá a parte contrária, que, no prazo de quarenta e oito horas, oferecerá a resposta.

29ª QUESTÃO – Sobre os dispositivos do **Decreto-Lei n. 1.002, de 1969 (Código de Processo Penal Militar)**, que versam sobre a deserção de oficial e de praça, analise as assertivas abaixo:

- I. Em até vinte e quatro horas depois de iniciada a contagem dos dias de ausência de uma praça, o comandante da respectiva subunidade, ou autoridade competente, encaminhará parte de ausência ao comandante ou chefe da respectiva organização, que mandará inventariar o material permanente da Fazenda Nacional, deixado ou extraviado pelo ausente, sem a necessidade do ato ser acompanhado por testemunhas idôneas.
- II. Consumada a deserção de praça especial ou praça sem estabilidade, será agregada, fazendo-se, em ambos os casos, publicação em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à Auditoria competente.
- III. Nos casos de deserção de oficial, recebida a denúncia, o juiz-auditor determinará a colocação do processo em pauta para julgamento.
- IV. Consumada a deserção de praça especial ou praça sem estabilidade, será ela imediatamente excluída do serviço ativo. Contudo, o desertor sem estabilidade que se apresentar ou for capturado deverá ser submetido a inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C. () Apenas a assertiva IV está correta.
- D. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.

30ª QUESTÃO – Sobre os dispositivos do **Decreto-Lei n. 1.002, de 1969 (Código de Processo Penal Militar)**, que versam sobre o inquérito, analise as assertivas abaixo:

- I. A coleta de provas para instrução do inquérito policial militar tem início após a delegação formal da competência para apuração do crime militar a oficial da ativa.
- II. O policial militar que figurar como investigado em inquérito policial militar instaurado para apurar uso da força praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, deverá ser citado da instauração do procedimento e poderá constituir defensor no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento da citação.
- III. O inquérito será encerrado com relatório, em que o seu escrivão mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime. Neste último caso, deverá manifestar-se, de maneira fundamentada, sobre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos termos legais.
- IV. O Ministério Público não poderá requerer o arquivamento de inquérito instaurado por determinação judicial que vise apurar fato outrora já apurado, decorrente do surgimento de novas provas, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () II e III, apenas.
- B. () Todas as assertivas.
- C. () I e IV, apenas.
- D. () I, III e IV, apenas.

DIREITOS HUMANOS

31ª QUESTÃO – Em relação à **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.
- B. () Ninguém será submetido à prisão, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- C. () Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas, com exceção dos militares da ativa que são regidos por normas trabalhistas próprias.
- D. () Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, admitida em situações especiais a supressão deste direito nos casos de pandemias.

32ª QUESTÃO – Em relação à **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos (San José, Costa Rica), em 22 de novembro de 1969, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os direitos de cada pessoa são ilimitados, tendo como premissa a felicidade humana e o bem comum numa sociedade democrática.
- B. () Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
- C. () Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com qualquer finalidade, desde que respeitada a quantidade prevista em normas próprias de ambientes fechados.
- D. () Toda pessoa tem direito, no mínimo, a duas nacionalidades: uma nata e outra naturalizada.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

33ª QUESTÃO – A **Lei n. 13.869, de 2019 (Lei de Abuso de Autoridade)**, prevê determinadas penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo:

- I. Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- II. Perda do cargo, do mandato ou da função pública.
- III. Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- IV. Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

Correspondem **CORRETAMENTE** com pena restritiva de direitos prevista na Lei de Abuso de Autoridade as assertivas:

- A. () II, III e IV, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () I e II, apenas.
- D. () III e IV, apenas.

34ª QUESTÃO – A **Lei n. 11.343, de 2006**, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Dentre as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, a referida lei apresenta princípios e diretrizes. Nesse sentido, marque a alternativa que **NÃO** está de acordo com os mencionados princípios e diretrizes:

- A. () Reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence.
- B. () Ausência de pena para aquele que transportar, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

- C. () Tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas.
- D. () Investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida.

35ª QUESTÃO – A **Lei n. 9.605, de 1998**, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Nos termos da referida lei, analise as alternativas abaixo e marque a opção **CORRETA**:

- A. () A Lei nº 9.605, de 1998 considera crime a conduta culposa que destrói bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, sujeitando o infrator a ação pública incondicionada.
- B. () A Suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei nº 9.099, de 1995, não é compatível com os crimes definidos na Lei 9.605, de 1998.
- C. () A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido na Lei nº 9.605, de 1998 terá decretada sua liquidação forçada ou poderá seu patrimônio ser considerado instrumento de crime e, como tal, perdido em favor da União.
- D. () A prestação de serviços à comunidade não é uma penalidade aplicável à pessoa jurídica.

36ª QUESTÃO – Nos termos da **Lei n. 9.099, de 1995**, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, analise as alternativas abaixo e marque a **CORRETA**:

- A. () Sempre que não comparecer o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial.
- B. () Os atos processuais regidos pela referida lei não poderão ser realizados em horário noturno.
- C. () Não cabe transação penal na Justiça Militar.
- D. () Qualquer pessoa poderá propor ação perante o Juizado Especial.

37ª QUESTÃO – A **Lei n. 8.429, de 1992**, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Nos termos da referida lei, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente, sendo assegurado o anonimato, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B. () A Lei nº 8.429/1992 não contém disposições penais.
- C. () Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, ao responsável pelo ato de improbidade será aplicada a penalidade de perda da função pública.

- D. () Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, incluindo a revelação de fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

38ª QUESTÃO – De acordo com **Lei n. 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)**, analise as assertivas abaixo em conformidade com a competência dos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

- I. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.
- II. Estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento ostensivo de trânsito, as respectivas diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.
- III. Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas.
- IV. Vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e IV, apenas.
- B. () Todas as assertivas estão corretas.
- C. () I e IV, apenas.
- D. () II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

39ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei n. 5.301, de 1969 (Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais)**, analise as assertivas abaixo:

- I. O limite de idade para permanência dos Oficiais e Praças do Quadro da Saúde no serviço ativo é de 65 (sessenta e cinco) anos.
- II. Por cometer ato atentatório à honra pessoal e ao decore da classe, o desertor será submetido a Processo Administrativo Disciplinar (PAD), em, no máximo, três anos, contados da data em que ele foi capturado ou se apresentar.
- III. O militar será reformado por incapacidade física declarada após 2 (dois) anos de afastamento do serviço, ou licença continuada para tratamento de saúde, ainda que por moléstia curável ou incapacidade decorrente do serviço.
- IV. À movimentação do oficial recém-promovido para o Corpo de Tropa, Estabelecimento ou Serviço, dá-se o nome de designação.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () Apenas uma assertiva está incorreta.
- B. () Apenas duas assertivas estão incorretas.
- C. () Apenas três assertivas estão incorretas.
- D. () Todas as assertivas estão incorretas.

40ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei n. 14.310, de 2002 (Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais)**, analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**):

- () No que diz respeito às recompensas, o Governador do Estado poderá conceder mais de 20 dias de dispensa de serviço.
- () Recebido o recurso disciplinar, a autoridade que aplicou a sanção poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias, ouvido o Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade, se entender procedente o pedido.
- () A arguição de suspeição de membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar poderá ser feita até o término da primeira reunião, sob pena de decadência, salvo quando for fundada em motivo superveniente.
- () Um Oficial que esteja submetido a Processo Administrativo Disciplinar poderá ser designado para compor uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, desde que seja mais antigo que o acusado.
- () Quando o militar incorrer em ato incompatível com o exercício do cargo, função ou comissão, será destituído, independentemente da aplicação de sanção disciplinar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, V, F, V, V.
- B. () V, V, F, F, V.
- C. () F, V, V, F, V.
- D. () V, F, V, V, F.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema: **“Os efeitos da comunicação oral e escrita na vida das pessoas.”**
2. Em sua dissertação, procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.
3. Escreva seu texto usando linguagem impessoal. Defenda sua ideia por meio de análise, apresentando argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando alguma coisa” sobre o assunto.
4. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.
5. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.
6. **DÊ UM TÍTULO À DISSERTAÇÃO**, e escreva-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.
7. Desenvolva a sua dissertação usando, no máximo 30 (trinta) linhas, e usando, no mínimo, 120 (cento e vinte) palavras.
8. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.
9. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.
10. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção, **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS.**
11. **Será atribuída nota zero à redação:**
 - a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
 - b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
 - c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
 - d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
 - e) **cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;**
 - f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

TEMA: _____

TÍTULO: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO